

PROVIMENTO Nº 78/2013

(Redação consolidada conforme Provimentos nº 022/2014, 003/2016, 010/2016, 011/2016, 037/2017, 047/2017, 061/2018, 083/2018, 093/2018, 002/2019 e Atos Normativos nº 055/2019, 069/2020, 073/2020, 235/2022, 243/2022, 352/2023, 416/2024, 431/2024, nº 447/2024, 453/2024, 465/2024, 471/2024 e 512/2025)

REVOGA O PROVIMENTO Nº 185/2012 E PASSA A DISPOR SOBRE AJUDA DE DE FUNÇÕES, INSTITUÍDA PELA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 115, DE 14/11/2012, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO Nº 218, DE 19/11/2012, QUE ALTEROU O ARTIGO 185 DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 72/2008.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 26, inciso V, da Lei Complementar 72, de 12/12/2008 (Lei Orgânica e o Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará),

CONSIDERANDO a instituição da ajuda de custo por exercício cumulativo de funções, pela Lei Complementar Estadual nº 115, de 14/11/2012, publicada no Diário Oficial do Estado nº 218, de 19/11/2012, que alterou o artigo 185 da Lei Complementar Estadual nº 72/2008;

CONSIDERANDO que a nova Lei Complementar Estadual delega ao Procurador- Geral de Justiça a atribuição para regulamentar a ajuda de custo por exercício cumulativo de funções;

CONSIDERANDO que o artigo 4º, I, da Resolução nº 09/2006 do Conselho Nacional do Ministério Público entende que a verba paga por exercício cumulativo de funções não compõe o subsídio dos membros do Ministério Público;

CONSIDERANDO outras hipóteses de efetivas cumulações de funções pelos membros ministeriais, cuja merecida contraprestação porém, se submete às limitações orçamentárias institucionais;

RESOLVE:

Art. 1º A ajuda de custo por exercício cumulativo de funções será devida ao membro do Ministério Público em efetivo exercício das atribuições de sua titularidade, nas seguintes hipóteses:

I – Ao Promotor de Justiça que, além de sua titularidade, auxiliar ou responder por uma ou mais promotorias de justiça e/ou comarcas vinculadas;

II – Ao Promotor de Justiça titular de Promotoria Auxiliar, que responder ou auxiliar duas ou mais promotorias de justiça;

~~III – Ao Promotor de Justiça titular de Promotoria de Justiça Auxiliar, detentor de atribuições junto aos Núcleos de Tutela Coletiva devidamente instalados, que auxiliar ou responder por uma ou mais promotorias de justiça. (Revogado pelo Ato Normativo nº 055/2019)~~

IV – Ao Promotor de Justiça titular de Promotoria de Justiça não instalada que responder ou auxiliar por duas ou mais promotorias de justiça;

V – Ao Promotor de Justiça titular de Promotoria de Justiça não instalada que recebe procedimentos administrativos a esta distribuídos, que venha a auxiliar ou responder por uma ou mais promotorias de justiça;

VI – Ao Procurador de Justiça que, além de sua titularidade, auxiliar ou responder por uma ou mais procuradorias de justiça.

VII – Ao membro do Ministério Público que, além da sua titularidade, for designado para officiar em mutirão. (Inserido pelo Provimento nº 022/2014)

VIII – Ao Procurador de Justiça que for designado, com delegação de poderes, para officiar em todas as sindicâncias e processos administrativos disciplinares instauradas em desfavor de magistrados, bem como nos processos administrativos de verificação de invalidez, em trâmite no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e no Conselho da Magistratura. (Inserido pelo Provimento nº 002/2019)

Parágrafo único. Na hipótese do inciso I deste artigo, será devida a ajuda de custo por exercício cumulativo de funções ainda que a substituição ocorra entre dois membros que atuam perante a mesma unidade judiciária. (Inserido pelo Ato Normativo nº 069/2020)

Art. 2º A ajuda de custo por exercício cumulativo de funções será igualmente devida aos Membros do Ministério Público, em efetivo exercício das atribuições de sua titularidade, quando designados para desempenhar as seguintes funções:

I – ~~Integrante de Núcleo~~

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

I - Integrante de Núcleo vinculado ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça;
(redação dada pelo Provimento nº 011/2016)

~~II – Integrante do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO);~~

II – integrante do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – Gaeco e do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal – Gaesf; (NR) (redação dada pelo Ato Normativo nº 055/2019)

~~III – Integrante da Procuradoria de Justiça dos Crimes contra a Administração Pública (PROCAP);~~

III – Vice-Coordenador ou integrante da Procuradoria de Justiça dos Crimes Contra a Administração Pública (PROCAP); (redação dada pelo Ato Normativo nº 465/2024)

IV – Integrante dos Centros de Apoio;

V – Secretário Executivo;

VI – Coordenador de Central de Inquéritos;

VII – Secretário Geral;

VIII – Secretário dos Órgãos Colegiados;

IX – Coordenador de Unidade Regional;

X - Assessor do Procurador-Geral de Justiça, designado para qualquer uma de suas Assessorias, quais sejam:

a) Assessoria Cível e de Direitos Difusos e Coletivos;

b) Assessoria Criminal;

c) Assessoria de Controle de Constitucionalidade;

d) Assessoria de Políticas Institucionais;

e) Assessoria de Feitos Especiais

f) Assessoria de Desenvolvimento Institucional. (redação dada pelo Provimento nº 011/2016)

XI – Promotor Corregedor Auxiliar;

XII – Ouvidor Geral;

XIII – Assessor da Ouvidoria Geral;

XIV – Membro da Junta Recursal do Programa Estadual de Proteção ao Consumidor (JURDECON);

~~XV – Membro das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECC)~~

~~XV – Membro das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e da Turma Recursal Fazendária; (redação dada pelo Provimento nº 010/2016)~~

XV – membro do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça; (redação dada pelo Ato Normativo nº 243/2022)

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XVI – Diretor da Escola Superior do Ministério Público;

XVII – Membro do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Ceará;

~~XVIII – Membro da Comissão Permanente de Inquérito Administrativo Disciplinar, na forma do artigo 256 e seguintes da Lei Complementar Estadual nº 72/2008.~~

XVIII – Membro da Comissão Permanente de Inquérito Administrativo Disciplinar, na forma do artigo 256 e seguintes da Lei Complementar Estadual nº 72/2008, e Presidente da Comissão de Apuração de Infrações em Licitações e Contratos – CAILC. (redação dada pelo Ato Normativo nº 416/2024)

XIX – Secretário(a) Executivo(a) do Programa Estadual de defesa do Consumidor-DECON; (Inserido pelo Provimento nº 022/2014)

~~XX – Coordenador Regional do DECON, nas unidades que estejam integradas ao Sistema Nacional de Informação e Defesa do Consumidor SINDEC. (Inserido pelo Provimento nº 022/2014)~~

XX – Coordenador de Unidade Descentralizada do Decon a qual esteja integrada ao sistema adotado pelo Ministério da Justiça. (redação dada pelo Ato Normativo nº 352/2023)

~~XXI – Coordenador do Programa de Apoio ao Sistema Prisional. (Inserido pelo Provimento nº 037/2017). (Revogado pelo Provimento nº 083/2018)~~

~~XXII – Coordenador do Grupo de Dese congestionamento Processual do Ministério Público do Estado do Ceará – GDESC. (Inserido pelo Provimento nº 047/2017)~~

XXII – integrante do Grupo de Apoio à Produtividade; (Inserido pelo Ato Normativo 471/2024)

XXIII - Coordenador Executivo e Coordenador Interinstitucional do programa ‘Tempo de Justiça; (inserido pelo Provimento nº 061/2018)

XXIV - membro do Grupo de Apoio aos Órgãos de Investigação – GECOC; (inserido pelo Provimento nº 093/2018)

XXV – Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento. (Inserido pelo Ato Normativo nº 069/2020)

~~XXVI – Coordenador do Programa Vidas Preservadas. (Inserido pelo Ato Normativo nº 073/2020 (revogado pelo Ato Normativo nº 243/2022)~~

XXVII – membro do Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial (GECEP). (Inserido pelo Ato Normativo nº 235/2022)

XXVIII – Secretário Regional; (Inserido pelo Ato Normativo nº 431/2024)

XXIX – Coordenador da Secretaria Virtual; (Inserido pelo Ato Normativo nº 447/2024)

XXX – Membro designado para atuar no CEJUSC de Fortaleza; (Inserido pelo Ato Normativo nº 453/2024)

XXXI – Membro integrante do GAEMA. (Inserido pelo Ato Normativo nº 512/2025)

Parágrafo único. A ajuda de custo por exercício cumulativo de funções será também devida ao membro do Ministério Público que, mesmo com prejuízo de sua respectiva titularidade, acumule duas ou mais designações previstas neste artigo.

~~Art. 3º A ajuda de custo devida nas hipóteses previstas nos incisos I, III e V do artigo 1º será paga no percentual de 10% (dez por cento) do subsídio mensal, caso o Promotor de Justiça auxilie ou responda por uma Promotoria de Justiça, e, de 15% (quinze por cento) do subsídio mensal, caso o Promotor de Justiça auxilie ou responda por duas ou mais promotorias de justiça.~~

Art. 3º A ajuda de custo devida nas hipóteses previstas nos incisos I e V do art. 1º será paga nos seguintes percentuais: (NR)

I – 12% (doze por cento) do valor do subsídio mensal, caso auxilie ou responda por uma promotoria de justiça;

II – 18% (dezoito por cento) do valor do subsídio mensal, caso auxilie ou responda por duas promotorias de justiça;

III – 20% (vinte por cento) do valor do subsídio mensal, caso auxilie ou responda por três ou mais promotorias de justiça. [\(redação dada pelo Ato Normativo nº 055/2019\)](#)

~~Art. 4º A ajuda de custo devida na hipótese prevista no inciso VI do artigo 1º será paga no percentual de 10% (dez por cento) do subsídio mensal, caso o Procurador de Justiça auxilie ou responda por uma Procuradoria de Justiça, e, de 15% (quinze por cento) do subsídio mensal, caso o Procurador de Justiça auxilie ou responda por duas ou mais procuradorias de justiça.~~

Art. 4º A ajuda de custo devida nas hipóteses previstas nos inciso VI do art. 1º será paga nos seguintes percentuais: (NR)

I – 12% (doze por cento) do valor do subsídio mensal, caso auxilie ou responda por uma procuradoria de justiça;

II – 18% (dezoito por cento) do valor do subsídio mensal, caso auxilie ou responda por duas procuradorias de justiça;

III – 20% (vinte por cento) do valor do subsídio mensal, caso auxilie ou responda por três ou mais procuradorias de justiça; [\(redação dada pelo Ato Normativo nº 055/2019\)](#)

~~Art. 5º A ajuda de custo prevista nos incisos II e IV do artigo 1º será paga no percentual de 10% (dez por cento) do subsídio mensal, caso o Promotor de Justiça auxilie ou responda por duas promotorias de justiça, e, de 15% (quinze por cento) do subsídio mensal, caso o Promotor de Justiça auxilie ou responda por três ou mais promotorias de justiça.~~

Art. 5º A ajuda de custo devida nas hipóteses previstas nos incisos II e IV do art. 1º será paga nos seguintes percentuais: (NR)

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

I – 12% (doze por cento) do valor do subsídio mensal, caso auxilie ou responda por duas promotorias de justiça;

II – 18% (dezoito por cento) do valor do subsídio mensal, caso auxilie ou responda por três promotorias de justiça;

III – 20% (vinte por cento) do valor do subsídio mensal, caso auxilie ou responda por quatro ou mais promotorias de justiça. (redação dada pelo Ato Normativo nº 055/2019)

Art. 6º O subsídio sobre o qual incidirão os percentuais previstos nos artigos anteriores será aquele correspondente à entrância da Promotoria de Justiça em que se der o auxílio ou respondência.

~~**Parágrafo único.** Caso o Promotor de Justiça auxilie ou responda por Promotoria de Justiça pertencente à entrância inferior à da sua titularidade, o percentual de 10% (dez por cento) ou 15% (quinze por cento) incidirá sobre seu respectivo subsídio. (revogado pelo Provimento nº 011/2016)~~

Art. 7º A ajuda de custo devida nas hipóteses previstas no artigo 2º será paga, obedecendo aos seguintes percentuais:

~~I – 10% (dez por cento) do subsídio mensal do membro designado, caso este acumule apenas uma daquelas funções com as atribuições inerentes à sua titularidade; 5% (cinco por cento) do subsídio mensal do membro designado, caso este acumule uma ou mais funções indicadas nos incisos I, II, III, IV, VII, VIII, X, XI, XII, XIII e XVI do artigo 2º deste Provimento com as atribuições inerentes à sua titularidade; (redação dada pelo Provimento nº 003/2016)~~

~~I – 5% (cinco por cento) do subsídio mensal do membro designado, caso este acumule uma ou mais funções indicadas no artigo 2º deste Provimento e que façam jus ao recebimento da gratificação pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento, com as atribuições inerentes à sua titularidade; (redação dada pelo Provimento nº 011/2016)~~

~~II – 15% (quinze por cento) do subsídio mensal do membro designado, caso este acumule duas ou mais funções previstas no artigo 2º com as atribuições inerentes à sua titularidade; 10% (dez por cento) do subsídio mensal do membro designado, caso este acumule apenas uma das funções indicadas nos incisos V, VI, IX, XIV, XV, XVII e XVIII do artigo 2º deste Provimento com as atribuições inerentes à sua titularidade; (redação dada pelo Provimento nº 003/2016)~~

~~II – 10% (dez por cento) do subsídio mensal do membro designado, caso este acumule apenas uma das funções indicadas no artigo 2º deste Provimento e que não faça jus ao recebimento da gratificação pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento, com as atribuições inerentes à sua titularidade; (redação dada pelo Provimento nº 011/2016)~~

~~III – 15% (quinze por cento) do subsídio mensal do membro designado, caso este acumule duas ou mais funções indicadas nos incisos V, VI, IX, XIV, XV, XVII e XVIII do artigo 2º deste Provimento com as atribuições inerentes à sua titularidade. (inserido pelo Provimento nº 003/2016)~~

~~III – 15% (quinze por cento) do subsídio mensal do membro designado, caso este acumule duas ou mais funções indicadas no artigo 2º deste Provimento e que não façam jus ao recebimento da gratificação pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento, com as atribuições inerentes à sua titularidade; (redação dada pelo Provimento nº 011/2016)~~

~~§1º A ajuda de custo prevista no artigo 2º deste Provimento corresponderá a 15% (quinze por cento) do subsídio mensal do membro designado, caso este acumule também, simultaneamente, uma ou mais funções previstas no artigo 1º com as atribuições inerentes à sua titularidade. A ajuda de custo por exercício cumulativo de atribuições corresponderá a 5% (cinco por cento) do subsídio mensal do membro designado, caso este acumule, também, simultaneamente, uma ou mais funções indicadas nos incisos I, II, III, IV, VII, VIII, X, XI, XII, XIII e XVI do artigo 2º deste Provimento com as atribuições de uma ou mais Promotorias ou Procuradorias de Justiça que esteja respondendo ou auxiliando; (redação dada pelo Provimento nº 003/2016)~~

§1º A ajuda de custo por exercício cumulativo de atribuições corresponderá a 5% (cinco por cento) do subsídio mensal do membro designado, caso este acumule, também, simultaneamente, uma ou mais funções indicadas no artigo 2º deste Provimento e que faça jus ao recebimento da gratificação pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento com as atribuições de uma ou mais Promotorias ou Procuradorias de Justiça que esteja respondendo ou auxiliando; (redação dada pelo Provimento nº 011/2016)

§2º A ajuda de custo devida ao membro do Ministério Público sem prejuízo de sua respectiva titularidade, designado para uma de quaisquer das funções previstas nos incisos do art. 2º deste Provimento, corresponderá a 10% (dez por cento) do respectivo subsídio mensal; caso a acumulação seja de duas ou mais funções, a ajuda de custo corresponderá a 15% (quinze por cento) do subsídio mensal do membro designado. A ajuda de custo por exercício cumulativo de atribuições corresponderá a 5% (cinco por cento) do subsídio mensal do membro designado com prejuízo das atribuições da sua titularidade, caso este acumule duas ou mais funções indicadas nos incisos I, II, III, IV, VII, VIII, X, XI, XII, XIII e XVI do artigo 2º deste Provimento; (redação dada pelo Provimento nº 003/2016)

§2º A ajuda de custo por exercício cumulativo de atribuições corresponderá a 5% (cinco por cento) do subsídio mensal do membro designado com prejuízo das atribuições da sua titularidade, caso este acumule duas ou mais funções indicadas no artigo 2º deste Provimento e que faça jus ao recebimento da gratificação pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento; ((redação dada pelo Provimento nº 011/2016)

§3º A ajuda de custo devida ao membro do Ministério Público com prejuízo de sua respectiva titularidade, designado para duas de quaisquer das funções previstas nos incisos do art. 2º deste Provimento, corresponderá a 10% (dez por cento) do respectivo subsídio mensal; caso a acumulação seja de três ou mais funções, a ajuda de custo corresponderá a 15% (quinze por cento) do subsídio mensal do membro designado. Não será devida a ajuda de custo por exercício cumulativo de atribuições ao membro designado para uma ou mais funções indicadas no artigo 2º deste Provimento com prejuízo de sua respectiva titularidade. (redação dada pelo Provimento nº 003/2016)

I – 6% (seis por cento) do subsídio mensal do membro designado, caso este acumule uma ou mais funções indicadas no art. 2º deste Provimento que façam jus ao recebimento da gratificação pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento, com as atribuições inerentes à sua titularidade; (NR) (redação dada pelo Ato Normativo nº 055/2019)

II – 12% (doze por cento) do subsídio mensal do membro designado, caso este acumule apenas uma das funções indicadas no art. 2º deste Provimento que não faça jus ao recebimento da gratificação pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento, com as atribuições inerentes à sua titularidade; (NR) (redação dada pelo Ato Normativo nº 055/2019)

III – 18% (dezoito por cento) do subsídio mensal do membro designado, caso este acumule duas ou mais funções indicadas no art. 2º deste Provimento que não façam jus ao recebimento da gratificação pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento, com as atribuições inerentes à sua titularidade; (NR) (redação dada pelo Ato Normativo nº 055/2019)

IV – 20% (vinte por cento) do subsídio mensal do membro designado, caso este acumule uma ou mais funções indicadas no art. 2º que não façam jus ao recebimento da gratificação pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento e um ou mais órgãos de execução. (redação dada pelo Ato Normativo nº 055/2019)

§1º Não será devida a ajuda de custo por exercício cumulativo de atribuições ao membro designado para apenas uma das funções indicadas no artigo 2º deste Provimento com prejuízo de sua respectiva titularidade. (NR) (redação dada pelo Ato Normativo nº 055/2019)

§ 2º Em nenhuma hipótese, o pagamento cumulado da ajuda de custo de que trata este Provimento e a gratificação de que trata o art. 183, incisos VII e VIII poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do subsídio mensal do membro. (NR)” (redação dada pelo Ato Normativo nº 055/2019)

§3º Não será devida a ajuda de custo por exercício cumulativo de atribuições ao membro designado para apenas uma das funções indicadas no artigo 2º deste Provimento com prejuízo de sua respectiva titularidade. (redação dada pelo Provimento nº 011/2016)

~~Art. 8º A ajuda de custo prevista no inciso VI do artigo 1º será paga no percentual de 10% (dez por cento) do subsídio mensal do Procurador de Justiça, caso este auxilie ou responda por uma Procuradoria de Justiça, e, de 15% (quinze por cento) de seu subsídio mensal, caso o Procurador de Justiça auxilie ou responda por duas ou mais Procuradorias de Justiça. (Revogado pelo Ato Normativo nº 055/2019)~~

Art. 9º A ajuda de custo por exercício cumulativo de funções não será paga durante a fruição do período de férias, licenças ou outros afastamentos previstos na Lei Complementar Estadual nº 72/2008.

~~Parágrafo único. Não será devida a ajuda de custo de que trata este Provimento por exercício das atribuições inerentes à respectiva titularidade, bem como por atuação em feitos e atos processuais determinados e em plantões judiciários.~~

Parágrafo único. Não será devida a ajuda de custo de que trata este Provimento por exercício das atribuições inerentes à respectiva titularidade, bem como por atuação em feitos e atos processuais determinados e em plantões judiciários, salvo na hipótese do art. 1º, VIII, deste Provimento. (Redação dada pelo Provimento nº 002/2019)

Art. 10 Quando o Promotor ou Procurador de Justiça cumular funções por tempo inferior a 30 (trinta) dias por mês, a ajuda de custo de que trata este Provimento será devida na exata proporção dos dias de sua efetiva duração.

Art. 11 Quando no exercício cumulativo de funções, o membro do Ministério Público ficará responsável pela manifestação em todos os atos e feitos administrativos e judiciais relativos às funções cumuladas.

~~Art. 12 AOs Promotores de Justiça que respondem ou venham a responder pelas promotorias de justiça do Interior do Estado, continuam aplicáveis os critérios de substituição previstos pelo Provimento nº 77/2008 ou por outro que o altere ou revogue. As funções indicadas no artigo 2º deste Provimento serão exercidas, preferencialmente, com prejuízo das atribuições da titularidade do membro do Ministério Público designado, salvo em casos excepcionais, no interesse da Administração, a critério do Procurador Geral de Justiça. (redação dada pelo Provimento nº 003/2016)~~

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Art. 12 As funções indicadas no artigo 2º deste Provimento serão exercidas, preferencialmente, com prejuízo das atribuições da titularidade do membro do Ministério Público designado, salvo em casos excepcionais, no interesse da Administração, a critério do Procurador-Geral de Justiça. (redação dada pelo Provimento nº 011/2016)

§1º Aos promotores e procuradores de justiça que se encontrarem auxiliando ou respondendo na data da publicação deste Provimento, fica-lhes assegurada a permanência nas respectivas promotorias ou procuradorias de justiça por igual período.

§2º Aos promotores de justiça que respondem por comarcas sedes de Zonas Eleitorais não se aplicam os critérios previstos no Provimento nº 77/2008, posto que se encontram submetidos às normas insertas nas resoluções de números 30/2008/CNMP e 001/2009/CPJ/CE ou por outras que as alterem ou revoguem.

§3º Aos promotores de justiça que respondem ou venham a responder pelas promotorias de justiça da Capital, continuam aplicáveis as regras previstas pelo Provimento nº 003/2003 ou por outro que o altere ou revogue.

Art. 13 O membro do Ministério Público em auxílio ou respondência que interromper o exercício cumulativo de funções em virtude do gozo de férias, licença ou outro afastamento poderá retornar às funções antes cumuladas ao término de suas férias, licença ou afastamento, desde que persista a hipótese ensejadora de cumulação.

Art. 14 A soma da ajuda de custo por exercício cumulativo de funções com o subsídio mensal não poderá exceder o teto constitucional.

Art. 15 Incidirá imposto de renda sobre o valor correspondente à ajuda de custo por exercício cumulativo de funções.

Art. 16 A ajuda de custo por exercício cumulativo de funções não será paga a título de décimo terceiro salário ou computada para efeito de cálculo referente ao terço constitucional de férias.

Art. 17 A ajuda de custo por exercício cumulativo de funções não exclui o pagamento de verbas indenizatórias.

Art. 18 Este Provimento REVOGA o Provimento nº 185/2012 e entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos à 01 de janeiro de 2013.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Fortaleza, 15 de abril de 2013.

Alfredo RICARDO de Holanda Cavalcante MACHADO

Procurador-Geral de Justiça.